



MISCELÂNEA

Revista de Pós-Graduação em Letras

UNESP – Campus de Assis

ISSN: 1984-2899

www.assis.unesp.br/miscelanea

Miscelânea, Assis, vol.4, jun./nov.2008



A SEMANA E SUA MATÉRIA:

MACHADO DE ASSIS REMOÇA, EMAGRECE E ANIMA

A “VELHA, GORDA E PACHORRENTA” HISTÓRIA

Gabriela Kvacek Betella
(Pós-Doutora — IEB-USP)

RESUMO

Escrita por Machado de Assis de 1892 a 1897 na *Gazeta de Notícias*, a coluna *A semana* foi a mais longa e última série de crônicas do autor. É possível analisar o formato dos textos como elemento de coerência na obra machadiana, pois o narrador da crônica mantém afinidades com outros escritos em primeira pessoa. Ao mesmo tempo em que o texto privilegia a perspectiva subjetiva, desenvolve uma espécie de leitura a contrapelo da História imediata, favorecendo uma visão distanciada dos fatos e, portanto, conferindo ao discurso uma justaposição de perspectivas aparentemente irreconciliáveis. Tal procedimento revê estratégias do narrador de crônica e, ao mesmo tempo, problematiza fatos da política da República nascente.

PALAVRAS-CHAVE

Machado de Assis; crônica; narrador.

ABSTRACT

The column *A semana*, written by Machado de Assis from 1892 to 1897 in *Gazeta de Notícias*, was the author's longest and last series of chronicles. It's possible to analyze the format of the texts as an element of coherence in Machado de Assis's works because the narrator of the chronicles keeps some affinities with other writings in first person. At the same time that the texts give prominence to the subjective perspective, they develop a kind of reading "against the grain" of the immediate History, favoring a detached point of view of the facts, endowing thus the discourse with a juxtaposition of apparently irreconcilable perspectives. This procedure revises the strategies of the chronicle narrator and, at the same time, renders problematic some facts of the newly born Republic.

KEYWORDS

Machado de Assis; chronicle; narrator.

No início da República, o governo foi uma fábrica de leis, a ponto de a crônica machadiana comentar, alguns anos depois, que só não se morria por decreto nessa época (ASSIS, 1996, p. 80). Quando Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto são eleitos presidente e vice, em 25 de fevereiro de 1891, logo depois da promulgação da primeira Constituição republicana, o país ainda vivia as conseqüências do Encilhamento (nosso primeiro surto inflacionário), e das tensões entre cafeicultores paulistas e governo. Deodoro travava batalhas com o Legislativo e em 3 de novembro daquele 1891 dissolvia o Congresso para liquidar a oposição, proclamando o estado de sítio — foi o chamado “Golpe da Bolsa”. Em meio à instabilidade, comemorou-se o aniversário da República sob as notícias de uma rebelião no Rio Grande do Sul e a greve dos ferroviários no Rio.

No dia 22 de novembro, Deodoro entregou o governo a Floriano, inaugurando um dos períodos mais complexos da história política do Brasil, desde o intervalo que o precede, até o final do mandato. Nele acontecem a campanha federalista, a Revolta da Armada, a agitação dos jacobinos e dos monarquistas perturbando a ordem pública, principalmente com as passeatas e o empastelamento de diversos jornais. Tanta inquietação refletia, no ritmo acelerado, as dificuldades do ajuste entre o governo militar e as oligarquias estaduais. Incompatibilizado com várias forças políticas, o novo presidente destituiu os governadores simpáticos à dissolução do Congresso efetuada por Deodoro. As represálias foram tantas que mesmo políticos que haviam combatido o primeiro presidente voltaram-se contra o segundo.

Durante esse fervor, em 24 de abril de 1892, a *Gazeta de Notícias* começa a publicar semanalmente uma nova coluna de Machado de Assis. Sob o título de *A semana*, voltava o autor ao gênero, após um intervalo de quase três anos. Machado escolheu, talvez com cálculo, uma situação política tensa e um

jornal oposto ao governo (a *Gazeta* chegou a ser suspensa durante um mês no final de 1893, ao desafiar a censura governamental durante a Revolta da Armada) para o seu "comentário da semana", que embutia verdadeiras interpretações da sociedade brasileira.

Não é de se estranhar, portanto, que a primeira crônica da série discuta a capacidade brasileira de "tornar elevado" qualquer feito, título, símbolo, herói ou mesmo um tratamento e, em contrapartida, questione a habilidade em despistar da seriedade de algumas responsabilidades. Machado utiliza as capacidades próprias do gênero para transitar por diversos meios, dos quais recolhe os melhores exemplos:

Na segunda-feira da semana que findou, acordei cedo, pouco depois das galinhas, e dei-me ao gosto de propor a mim mesmo um problema. Verdadeiramente era uma charada, mas o nome de problema dá dignidade, e excita para logo a atenção dos leitores austeros. Sou como as atrizes, que já não fazem benefício, mas festa artística. A cousa é a mesma, os bilhetes crescem de igual modo, seja em número, seja em preço; o resto, comédia, drama, opereta, uma polca entre dous atos, uma poesia, várias ramalhetes, lampiões fora, e os colegas em grande gala, oferecendo em cena o retrato à beneficiada.

Tudo pede certa elevação. Conheci dous velhos estimáveis, vizinhos, que esses tinham todos os dias a sua festa artística. Um era Cavaleiro da Ordem da Rosa, por serviços em relação à guerra do Paraguai; o outro tinha o posto de tenente da guarda nacional da reserva, a que prestava bons serviços. Jogavam xadrez, e dormiam no intervalo das jogadas. Despertavam-se um ao outro desta maneira: "Caro major!" — "Pronto, comendador!" — Variavam às vezes: — "Caro comendador!" — "Aí vou, Major". Tudo pede certa elevação.

Para não ir mais longe. Tiradentes. Aqui está um exemplo. Tivemos esta semana o centenário do grande mártir. A prisão do heróico alferes é das que devem ser comemoradas por todos os filhos deste país, se há nele patriotismo, ou se esse patriotismo é outra cousa mais que um simples motivo de palavras grossas e rotundas. A capital portou-se bem. Dos Estados estão vindo boas notícias. O instinto popular, de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos Inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia razão da glória. Merecem, decerto, a nossa estimação aqueles outros; eram patriotas. Mas o que se ofereceu a carregar com os pecados de Israel, o que chorou de alegria quando viu

comutada a pena de morte dos seus companheiros, pena que só ia ser executada nele, o enforcado, o esquartejado, o decapitado, esse tem de receber o prêmio na proporção do martírio, e ganhar por todos, visto que pagou por todos.

[...] Entretanto, o alferes Joaquim José tem ainda contra si uma cousa a alcunha. Há pessoas que o amam, que o admiram, patrióticas e humanas, mas que não podem tolerar esse nome de Tiradentes. Certamente que o tempo trará a familiaridade do nome e a harmonia das sílabas; imaginemos, porém, que o alferes tem podido galgar pela imaginação um século e despachar-se cirurgião-dentista. Era o mesmo herói, e o ofício era o mesmo; mas traria outra dignidade. Podia ser até que, com o tempo, viesse a perder a segunda parte, dentista, e quedar-se apenas cirurgião (ASSIS, 1996, p. 45-7).

Se vale dizer “problema” ao invés de “charada”, o mandamento é a dignidade que a primeira denominação oferece, chamando leitores mais austeros, que criam afinidade com a linguagem que querem para si mesmos. Da mesma forma como os velhos jogadores esfalfados pela idade preferiam tratar-se por Major e Comendador, o intragável apelido do alferes Joaquim José, que o instinto popular fez figura principal da Inconfidência, poderia, hipoteticamente, sumir em favor do ofício de “cirurgião-dentista”. O texto parece constatar que não bastam os feitos, os méritos, os ofícios sem uma denominação ou título sonante, como se este contivesse a nomeada, o índice de elevação transformadora, fonte de notoriedade maior que as capacidades reais. A crônica machadiana capta uma espécie de instinto de emenda que permeia os hábitos da sociedade de seu tempo, saltando do nível da opinião popular para o das causas mais graves:

Daqui ao caso eleitoral é menos que um passo; mas, não entendendo eu de política, ignoro se a ausência de tão grande parte do eleitorado na eleição do dia 20 quer dizer descrença, como afirmam uns, ou abstenção como outros juram. A descrença é fenômeno alheio à vontade do eleitor: a abstenção é propósito. Há quem não veja em tudo isto mais de ignorância do poder daquele fogo que Tiradentes legou aos seus patrícios (ASSIS, 1996, p. 47).

A mesma exigência de certa elevação que faltou ao Tiradentes não aparece na eleição para o Senado daquele mês de abril, haja vista a ausência

de grande parte do eleitorado. O narrador questiona até que ponto o fato foi motivado pela descrença, ao invés de se preferir apenas a definição de abstenção. Aqui, ele ironiza o poder da “dignidade” que vinha comentando: se a descrença é preterida em favor da abstenção, a definição pode ser mais elevada, no entanto, está muito mais ligada à vontade, no caso, dos eleitores. Numa espécie de movimento que derruba o que o próprio discurso tornou elevado, a seqüência denomina “ignorância do poder daquele fogo” o ato de abstenção e, por extensão, o hábito de apensar dignidade nos nomes.

Em *A semana* Machado recupera tons de outras colunas (como *Bons dias!*, escrita de 1888 a 1889) sem construir um narrador do mesmo tipo, deixando os textos a cargo de uma voz anônima e mais altiva:

Onde não creio que haja muitos milhares de contos é na República Transatlântica de Mato Grosso. O dinheiro é o nervo da guerra, diz um velho amigo; mas um fino e grande político desmente o axioma, afirmando que o nervo da guerra está em boas tropas. Haverá este nervo em Mato Grosso? Quanto a mim, creio que a jovem república não é mesmo república. Aquele nome de Transatlântica dá idéia de um gracejo ou de um enigma. É talvez o que fique de toda a campanha. Também pode ser que a palavra, como outras, tenha sentido particular naquele estado, e traga uma significação nova e profunda. Às vezes, de onde não se espera, daí é que vem. Há dias, dei com um verbo novo na tabuleta de uma casa da Cidade Nova: *'Opacam-se vidros'*. Digam-me em que dicionário viram palavra tão apropriada ao caso (ASSIS, 1996, p. 52-3).

A perspectiva dos narradores cronistas de Machado tem a particularidade de adotar a relativização como visão artística e de transformar as indefinições da realidade em matéria estética. Fingindo não precisar as situações, utilizando axiomas alheios, deixando transparecer veleidade no comentário, o narrador vai aos poucos determinando o terreno crítico pelo qual passeia despreocupado e preciso na escolha do próximo passo narrativo, ao selecionar um ou mais fatos a exemplificar a mutação facilitada de banalidades em sublimidades no clima brasileiro. O discurso espelha essa mutação, conforme se verifica no fragmento acima, final da crônica de 1º. de maio de

1892, construído por alusões e jocosidade, com aparente imperícia, para dar forma à análise irônica sobre um comportamento distribuído por diversos setores da vida (novamente, detecta-se o valor do gênero para Machado). Essa imperícia fingida é a mesma que dirige os comentários de outros narradores machadianos em primeira pessoa, ao salientarem preciosidades brasileiras como se estivessem acima desse contexto, como observadores autorizados — e autoritários. O conselheiro Aires possui esse comportamento narrativo.

Estamos diante de um fazer literário correspondente a uma atitude diante do mundo, em que se mesclam a descoberta do sentido (da realidade e da sua representação) e a pergunta entranhada na devolução do sentido para o leitor. Respectivamente, essas ações são um “tapa” do narrador, consciente da inexorabilidade da vida, e um “agrado” da narrativa, trazendo na forma o ato de desentranhar as respostas pela manipulação das conjeturas.

Convém observar o ingresso desses fatores no romance machadiano, fornecendo elementos importantes para a composição das narrativas arbitrárias, escorregadias, paradoxalmente coerentes com o conteúdo da representação, ao privilegiarem o ambiente ideológico da classe dominante e destacarem suas intransigências, seus caprichos e o interesse na manutenção da ordem excludente. Embora não se possa provar o subsídio das crônicas no resto da ficção de Machado, é possível falar em contribuição efetiva, a partir da leitura atenta de colunas em jornais assinadas pelo autor durante os anos de 1880 e 1890.

A coerência da inconstância do ponto de vista das crônicas machadianas poderia se justificar pelo molde do gênero. No entanto, trata-se de uma característica fundamental da postura do sujeito condutor do discurso e, portanto, faz aflorar a correspondência entre emissor e mensagem, sustentáculo do narrador de romance. Assim, é possível avaliar o cuidado da elaboração num gênero propenso à efemeridade, no sentido literal, à duração de um só dia.

Em 14 de agosto de 1892, abrindo a crônica para comentar a crise financeira — em que o déficit orçamentário ultrapassava os cem mil contos de réis, provocando o encampamento das emissões dos bancos pelo governo —, o narrador investe na sua “ignorância” sobre temas econômicos e no valor da sua atividade semanal:

Semana e finanças são hoje a mesma coisa. E tão graves são os negócios financeiros, que escrever só, pingar-lhe um ponto e mandar o papel para a imprensa, seria o melhor modo de cumprir o meu dever. Mas o leitor quer os seus poetas menores. Que os poetas magnos tratem os sucessos magnos; ele não dispensa aqui os assuntos mínimos, se os houve, e, se os não houve, as reflexões leves e curtas. Força é reproduzir o famoso *Marche! Marche!* De Bossuet... Perdão, leitor! Bossuet! eis-me aqui mais grave que nunca.

E por que não sei eu finanças? Por que, ao lado dos dotes nativos com que aprouve ao céu distinguir-me entre os homens, não possuo a ciência financeira? Por que ignoro eu a teoria do imposto, a lei do câmbio, e mal distingo dez mil-réis de dez tostões? (ASSIS, 1996, p. 104).

A autoridade de que se veste o narrador aparece disfarçada pela comparação extravagante capaz de nivelar a banalidade do “comentário da semana” aos problemas financeiros que pediam análise acurada. Por um momento, pode-se pensar numa operação própria do gênero, no entanto, o narrador define seus leitores como um grupo que “quer poetas menores”, como se a capacidade de representar a realidade desenvolvida pelos “poetas magnos” não servisse a um “não saber” adequado para a situação de *A semana*. À parte de um menosprezo pelos leitores e pela sua matéria, o narrador da crônica prefere outra via para representar uma das crises daquele final de século. Assim, um Bossuet deve ser descartado, provavelmente porque a complexidade das relações entre os “sucessos magnos” e os “assuntos mínimos” em nosso país não pede citação ilustrativa que, embora eleve o tom do discurso, fazendo reverberar neste as considerações mais universais, não dá conta da experiência precária a reproduzir.

Quase analogamente, na crônica de 21 de agosto, o narrador está em pleno exercício da sua altivez, seja investigando o lado mentiroso do exagero ou o lado verdadeiro da capacidade de encobrir os conceitos negativos:

[...] há pessoas (e já me tenho apanhado em lances desses) que levam o empenho de dizer mal ao ponto de maldizer de si mesmas. Outras têm a virtude do louvor, e cometem igual excesso. Pode ser que de ambos os lados haja muita mentira. A mentira é a carne verde do demônio, abundante e de graça.

Não procure isso em Bourdaloue nem Mont'Alverne. Isso é meu. Quando a idéia que me acode ao bico da pena é já velhusca, atiro-lhe aos ombros um capote axiomático, porque não há nada como uma sentença para mudar a cara dos conceitos (ASSIS, 1996, p. 108).

Aqui, o narrador apela para a ironia dirigida à cooptação dos "conceitos" pelas "sentenças", procedimento renovador empregado com intenções universalizantes, porém, sem nenhum aprofundamento crítico. Este, por sua vez, sobressai no texto, graças à falsa inferiorização que o discurso promove sobre si mesmo.

Em 1893, a crônica de Machado está diante de velhas rivalidades gaúchas que deram origem à Revolução Federalista. De um lado, partidários de Júlio de Castilhos, republicano, de outro Gaspar Silveira Martins e militantes do Partido Liberal: castilhistas contra gasparistas (ou federalistas) — "pica-paus" contra "maragatos", respectivamente. Na *Gazeta*, o cronista de *A semana*, em suas habituais comparações, elegia o alvoroço causado pelo rapto de duas moças na Bahia como contraste à luta no Rio Grande do Sul:

Outro telegrama conta-nos que alguns clavinoteiros de Canavieiras (Bahia) foram a uma vila próxima e arrebatarem duas moças. A gente da vila ia armar-se e assaltar Canavieiras. Parece nada, e é Homero; é ainda mais que Homero, que só contou o rapto de uma Helena: aqui são duas. Essa luta obscura, escondida no interior da Bahia, faz singular contraste com a outra que se trava no Rio Grande do Sul, onde a causa não é uma, nem duas Helenas, mas um só governo político. Apuradas as contas, vem a dar nesta velha verdade que o amor e o poder são as duas forças principais da terra. Duas vilas disputam a posse de duas moças; Bajé luta com Porto Alegre pelo direito do mando. É a mesma *Ilíada* (ASSIS, 1996, p. 80).

O movimento da narrativa seleciona uma notícia menor (clavinoteiros raptando moças na Bahia) e a compara à *Ilíada*: "Parece nada", diz o narrador, "e é Homero". O fato cheio de cor local se equipara ao episódio da literatura universal, e ambos se relativizam. Em seguida, juntam-se ao paralelo as lutas federalistas do Rio Grande do Sul, para nova demonstração de engenho retórico, menosprezando a inteligência histórica. Assim, o contraste entre local e universal é atenuado duas vezes. No entanto, o narrador parece zombar da tríplice comparação, demonstrando certo desprezo pela "velha verdade", como se expressasse, com a última frase, que é tudo a mesma coisa, apoiada em "duas forças principais da terra". Não obstante esse tom ser próprio dos narradores machadianos em primeira pessoa e da classe social a que pertencem, incluindo aqui os narradores das crônicas, a relativização de pequenos e grandes fatos históricos é extremamente calculada pelo autor, pois o local participaria do universal se não estivesse isolado. E mais: entre as duas esferas locais (Bahia e Rio Grande do Sul) não há diferenças, embora estivesse a Capital Federal com toda atenção voltada ao conflito pelo poder. A crônica zomba de seus conterrâneos cariocas, preocupados com o destino de seu governo, mas o narrador está incluído aí, e seu desprezo é sinal da inferioridade assumida.

Essa visão subjetiva sobre os acontecimentos históricos pode ser contrastada com as discussões do século XX acerca dos modos de se encarar a realidade do ponto de vista historiográfico. Uma das modas intelectuais, por exemplo, prefere negar que a realidade objetiva seja acessível, pois os "fatos" existem como conceitos e problemas prévios formulados em termos dos mesmos (HOBBSAWM, 1998, p. 8). Certas correntes surgidas durante o século XX no meio acadêmico anglo-saxão e reunidas no termo "pós-modernismo" acreditam na existência dos "fatos" como construções intelectuais e, conseqüentemente, na similitude entre fato e ficção. Um fato histórico é, portanto, um constructo de nossas mentes, em princípio, tão válido quanto outro, esteja apoiado pela lógica e por evidências, ou não, portanto não há

como decidir se o relato bíblico é inferior às ciências naturais, eles apenas são diferentes. Duvidar disso pode ser positivismo, ou pior, empirismo e, sem a distinção entre o que é e o que não é assim, não pode haver história (HOBSBAWM, 1998, p. 8 e p. 13-35). Noutras palavras, a verdade histórica permaneceria esfumada pela dúvida sobre a distinção entre realidade objetiva e discurso conceitual, especialmente se esse discurso for próprio de um determinado grupo social. Assim como é temeroso invalidar um mito histórico (especialmente os nacionalistas) através de comprovação factual e documentada, o perigo do discurso conceitual não é exatamente a mentira, mas a tentação de isolar a história de uma parte da humanidade de seu contexto mais amplo (HOBSBAWM, 1998, p. 291).

Contudo, o modo de montar e interpretar os acontecimentos, utilizando o relativismo, é outra questão, aliás muito própria para os narradores na crônica de Machado. Nesse caso, o ponto de vista pode reunir características de uma visão parcial dos acontecimentos e acrescentar suas opiniões pessoais, ao mesmo tempo em que consegue manifestar uma visão totalizante, comparando os episódios pontuais do Brasil do final do século XIX a episódios escolhidos na história universal, contemporâneos ao discurso ou não — esses pontos de relativização não obedecem nenhum critério de semelhança com o fato primeiro, a motivação da crônica. Embora o gênero ultrapasse seus limites e não incorpore método historiográfico, filosófico ou lógico passível de definição, ele também foge de raciocínios complexos, “colocando-se em seu lugar”, conforme o próprio narrador comenta diversas vezes durante a série *A semana*. Isto pode representar uma espécie de poética embutida num procedimento, uma ética própria da crônica a ser seguida, uma herança aos sucessores: a crônica escrita por Machado assume a parcialidade do narrador e, portanto, atesta limitações desse ponto de vista, capaz de indicar a distância necessária para uma visão totalizante. Esse foco quase impalpável é o mais adequado para elaborar a representação dos fatos incongruentes da realidade brasileira.

De volta à campanha federalista, o governo de Floriano apoiou a oposição a Júlio de Castilhos no início, visto que este era deodorista. No entanto, passou a favorecer os próprios castilhistas com envio de tropas, opondo-se às propostas parlamentaristas. A atitude do governo federal provocou reações no ministério. Vários ministros discordavam do apoio a Júlio de Castilhos. Sem acordo, o ministro da Marinha Custódio de Melo (cuja rebeldia deveu-se em parte à frustração por não ser indicado à sucessão presidencial) se demite em abril de 1893 e, em setembro, lidera a Revolta da Armada contra o marechal Floriano, mobilizando o encouraçado Aquidabã e bombardeando a cidade do Rio, causando pânico geral. Enquanto isso, a Revolta Federalista no Sul já havia transformado a capital catarinense, Desterro, em sede do governo provisório da República pelos maragatos. Desterro seria ocupada no ano seguinte, mudando seu nome para Florianópolis, marcando a derrota do movimento. Três crônicas de *A semana* (de 10, 17 e 24 de setembro de 1893) são significativamente importantes para a ilustração dos fatos daquele mês e, embora possam ser vistas como exemplos da alegorização da Revolta da Armada ou como sinais do desprezo do narrador pelos bombardeios, são provas da sua incomparável atenção aos fatos menores, índices da “leitura a contrapelo” exposta na narrativa:

Quarta-feira [6 de setembro], quando eu desci do bonde que me trouxe à cidade, a primeira voz que ouvi, foi este grito: ‘Olha o 2537, é a sorte grande para hoje!’ Mais de um homem, atordoado pelos graves acontecimentos do dia, não chegaria a ouvir essas palavras; eu ouvi-as, decorei-as, guardei o próprio som comigo. De cinco em cinco minutos, a voz do pequeno (porque era um pequeno o dono da voz) berrava aos meus ouvidos: ‘Olha o 2537, é a sorte grande para hoje!’ (ASSIS, 1996, p. 295).

No mesmo dia em que a imprensa anunciou o bombardeamento, duas damas anunciaram coisa diversa. ‘Uma senhora séria precisa de um homem honesto que a proteja ocultamente; quem estiver nas condições’ etc. Assim falou uma. Aqui está a linguagem da outra: ‘Uma moça distinta e bem-educada precisa de um cavalheiro rico que a proteja ocultamente; carta’ etc.

Assim, enquanto as forças públicas se dividiam, forças particulares cuidavam de unir-se a outras forças, e ainda uma vez se dava esse contraste do caso particular com o social, — contraste aparente, como todos os demais fenômenos deste mundo. No exemplo que ora cito, é evidente que as duas obras se completam, desde que se procura corrigir a mortalidade pela natalidade. Parece um ato de moças vadias, e é uma operação econômica (ASSIS, 1996, p. 298).

Somente em 24 de setembro o narrador insere os bombardeios na narrativa, embora o faça para pontuar a descrição de um sonho seu, em que, tragado por um raio de luar, viaja “pelo infinito acima” e é barrado por São Pedro na porta do céu, por ser um “dos pedantes”. Quando finalmente consegue entrar, não pode acompanhar a missa, pois seu livro era um mero breviário dos pedantes. Vexado, admite preferir “a terra com os seus pecados ao céu e suas bem-aventuranças”, e volta à realidade. Os bombardeios são adequados ao acontecimento pessoal — como se ocorressem exclusivamente para a marcação do sonho do narrador, verdadeiro objeto e motivo:

Neste momento, sete horas da manhã, ouço uns tiros ao longe. São fortes, mas não sei se tão fortes como os de ontem, sexta-feira, à tarde, quando toda a gente correu às praias e aos morros. Nenhum deles, porém, vale o bombardeamento do princípio da semana, entre 2 horas e duas e meia, e mais tarde entre quatro e cinco. Eu, nessa noite, fiz como os demais habitantes da cidade, acordei assombrado. Sonhava, ah! Se soubessem em que sonhava! (ASSIS, 1996, p. 304-5).

A rebelião da Armada duraria até março de 1894, mantendo o governo sitiado na própria capital. Foi a última importante contestação à posição de Floriano como autoridade máxima do país, com vários aspectos que forneceram móvel significativo à ação dos jacobinos.¹ A crônica de 18 de março em *A semana* faz uma impagável ilustração da “batalha do dia 13”, elencando heróis

¹ Resumindo, pode-se dizer que a decisão da Revolta da Armada é o estopim para manifestações jacobinas mais radicais. Decidida a luta em maio de 1894, vários revoltosos refugiaram-se a bordo de navios portugueses, e só desembarcariam em Portugal. No entanto, os navios vão para o Prata, e os rebeldes juntam-se aos federalistas. Floriano rompe relações com Portugal, reacendendo a indignação antiga contra os portugueses e o ressentimento contra os estrangeiros em geral. O sentimento xenófobo alimentou comícios e conflitos nas ruas, muito mais intensos na capital. Para informações detalhadas, ver Queiroz (1986, p. 19-26).

da mitologia para ajudar os homens. Novamente, a perspectiva dialética da narrativa incorpora o ângulo inteligente para representar o assunto. Como vemos, visão de mundo e elaboração estética têm vantagens na crônica de Machado. Para a história não é possível inventar fatos mais convenientes e todas as evidências precisam ser confiáveis — o episódio aconteceu ou não. Para a literatura, representar a realidade implica fidelidade às formas postas pela vida prática, ainda que toda a sua amplitude seja visitada, como os narradores das crônicas de Machado fazem parecer nas suas “palestras”. Embora utilizem meios próprios a cada propósito, historiografia e literatura cumprem uma importante função social se puderem situar os leitores em relação ao seu passado tomando-o como componente inevitável de uma sociedade e de um contexto mais amplo, instigando o debate sobre o sentido e as transformações de valores.

Sob a grave situação econômica entre 1894-98, o Brasil tinha o primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, que tentou o saneamento financeiro imediato, para evitar a desvalorização da moeda, além de obter dos banqueiros ingleses a unificação da maior parte das dívidas externas e um único e grande empréstimo de cerca de 8 milhões de libras, o que se chamou *funding loan*. Houve ainda o fracassado aumento nos impostos sobre a importação, vencido pelos interesses do comércio no país, baseado em produtos importados. Durante um curto período — novembro de 1896 a março de 1897 — Prudente de Moraes esteve afastado do governo, tendo assumido o vice, Manuel Vitorino Pereira, cuja primeira providência foi desmontar o ministério. Quando regressa, o presidente encontra o PRF cindido, com uma de suas partes vinculada aos jacobinos. Começara a desastrosa repressão contra Canudos, e a Academia Brasileira de Letras era fundada em janeiro de 1897, graças à iniciativa de Lúcio de Mendonça. Descrevendo a cena da época com imagens, é possível ver a nata da intelectualidade “de roupa trocada”, embelezada para entrar no século XX, e, embaixo do seu nariz, um bando de soldados famintos e esfarrapados voltando da penosa guerra e estragando a

feira. Na voz de *A semana*, a mordacidade e a impassibilidade ajudam a comentar fatos longínquos com muita lucidez, para causticar alegoricamente vergonhas próximas (inclusive do próprio narrador), conforme atestam exemplos de 15 de novembro de 1896 e 21 de fevereiro de 1897:

“Uma geração passa, outra geração lhe sucede, mas a terra permanece firme”. Este versículo do *Eclesiastes* é uma grande lição da vida, e não digo a maior, porque há mais três ou quatro igualmente grandes. Mas não haverá poesia nem língua que não tenha dito por modo particular esse pensamento final do mundo.

[...]

Os desfalques são como os amores enganados; doem muito, mas os tempos acabam de os enganar e enterrar, e, quando menos se espera, o desfalcado reza por alma do outro, se o outro morre (ASSIS, 1992, p. 739 e 740).

Os ínfimos gregos não se arreceiam e, cansados de ouvir gemer Creta, lá se foram a arrancá-la dos braços otomanos. A diplomacia é uma bela arte, uma nobre e grande arte; o único defeito que há nas suas admiráveis teias de aranha é que uma bala fura tudo, e a vontade de um povo, se algum santo entusiasmo lhe aquece as veias, pode esfrangalhar as mais finas obras da astúcia humana. Se a Grécia acabar vencendo, as grandes potências não terão sido mais que jogadores de voltarete a tentos.

Que outra coisa têm sido elas, a propósito das reformas turcas? As reformas vêm, não vêm, redigem-se, emendam-se, copiam-se, propõem-se, aceitam-se, vão cumprir-se e não se cumprem. Vereis que ainda caem como as reformas cubanas, que, depois de tanto sangue derramado, vieram pálidas e mofinas. Ninguém as quer, e o ferro e o fogo continuam a velha obra. Assim se vai fazendo a história, com aparência igual ou vária, mediante a ação de leis, que nós pensamos emendar, quando temos a fortuna de vê-las. Muita vez não as vemos, e então imitamos Penélope e o seu tecido, desfazendo de noite o que fazemos de dia, enquanto outro tecelão maior, mais alto ou mais fundo e totalmente invisível compõe os fios de outra maneira, e com tal força que não podemos desfazer nada. Sucede que, passados tempos, o tecido esfarrapa-se e nós, que trabalhávamos em rompê-lo, cuidados que a obra é nossa. Na verdade, a obra é nossa, mas é porque somos os dedos do tecelão; o desenho e o pensamento são dele, e presumindo empurrar a carroça, o animal é que a tira do atoleiro, um animal que somos nós mesmos... Mas aí me embrulho eu, e

estou quase a perder-me em filosofias grossas e banais. Oh! banalíssimas! (ASSIS, 1992, p. 766-8).

O narrador aplica a relativização ao seu próprio discurso, chamando-o de banal muito provavelmente pelo caráter metafórico que pode assumir. Todavia, temos novamente um exemplo da equiparação entre o local e o universal, e o resultado é a evidência do desequilíbrio de uma ordem que destinava a países como o Brasil esse “tecido” imposto aos homens e oferecido como matéria aos escritores. Machado de Assis não só assumiu o desconforto como fez de regra da sua prosa a acentuação da falta de sincronia entre modelos europeus e realidade brasileira, em vários campos.

Naquele mesmo fevereiro de 1897, Machado deixa o jornal. *A semana* se encerra e Olavo Bilac passa a escrever crônicas na *Gazeta de Notícias* praticamente substituindo Machado. Enquanto uma geração de escritores inconformados com as mudanças da vida literária, com as dificuldades do escritor no Brasil e com o tormento da busca pela forma adequada de representação das contradições age no cenário cultural da capital refletindo as mudanças radicais da imprensa, das funções da literatura e do perfil dos literatos, Machado empreenderá a composição de *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*.

Não há dúvidas sobre a impregnação do quadro social brasileiro na narrativa machadiana. O caso das crônicas escritas a partir dos anos de 1880 é especial. Ao mesmo tempo em que sentencia a ausência de linhas descritivas e analíticas, o discurso oferece a elaboração artística seguindo a noção de forma objetiva. A partir da realidade pré-existente, independente de qualquer representação, Machado inventou uma forma cujo processo de criação refletisse em si mesmo, isto é, o resultado (a crônica) revela o trabalho do escritor sobre fontes de diversas matérias. Tais objetos e a operação artística que sofrem merecem atenção.

O desafio latente é elucidar os recursos movidos por Machado de Assis para tornar a crônica algo como um esquema interpretativo capaz de registrar

tendências reais na sociedade, de sustentar a modernidade de uma visão que tanto derrota algumas dessas tendências quanto mantém os propósitos literários da empreitada, livrando-a dos excessos descritivos e normativos. Assim, é possível tecer afirmações sobre um sentido peculiar, embora não exclusivo, da crônica machadiana: um modo de representação apontando para a gênese de padrões sociais e “revisando” uma visão histórica factual, modificando-a na medida exata dos referenciais, a saber, as relações entre acontecimentos, idéias e decisões políticas — o que, no Brasil, forma um triângulo insigne.

Machado soube ver problemas de formação e de estrutura num país cujo ideal de civilização voltava-se para a Europa. Seu passo decisivo foi a mobilização de recursos estéticos próprios para a representação dos problemas, sem pecar pela inadequação de expedientes estrangeiros à matéria nacional. A crônica machadiana atinge um grau satisfatório de originalidade de categorias, principalmente no tocante às alusões sobre uma perspectiva geral do sentido histórico, mesmo que a ressonância alegórica predomine, como numa crônica de 1889 sobre o movimento (associado à violência, em algumas ocasiões) para reduzir o número de horas de trabalho dos caixeiros, que trabalhavam no comércio aberto inclusive aos domingos. No final do texto, há uma forte alusão ao “envelhecimento” dos ideais novos e, sobretudo, ao aparecimento de uma reação forte depois de qualquer revolução:

O assunto é o fechamento das portas. Escrevo o título da coisa, sem acreditar que ele exprima a coisa. Mas, em suma, é assim que se escreve. Digo que este assunto dá lugar a reflexões graves, porque vem de longe, e é um documento vivo de que as campanhas pacíficas são as menos sangrentas. Todos os dias leio declarações de patrões que concordam em fechar as casas; e vão todos por classe.

[...]

Que este movimento liberal e generoso assuste a alguns, é natural. Assim é que um amigo meu, negociante de trastes velhos, dizia-me há dias que talvez chegasse o tempo em que ele e os colegas tenham de fazer um movimento igualmente liberal para obter a abertura de portas, aos sábados, por

exemplo. A reflexão é grave, como se vê, mas nem por isso há de atar as mãos ao atual movimento. Façam primeiro 89; os ferros-velhos que trazem o 18 Brumário (ASSIS, 1990, p. 140).

Sabemos que o interesse contemporâneo sobre a história volta-se para as questões conceituais e metodológicas da disciplina (HOBSBAWM, 1998, p. 7). O retorno mais positivo dessas intenções pode ser a valorização da tendência histórica em diversas áreas do conhecimento. Na crônica de Machado em 28 de agosto de 1892, a recusa da História vem justificada por uma definição e pela distinção da relação do cronista com o tempo e os fatos:

Eu, porém, que não sou Igreja Católica, nem folha anglo-saxônica, não tenho a autoridade de um, nem a índole da outra; pelo quê, não me detenho ante a contradição das opiniões. Quando muito, podia apelar para a História. Mas a História é pessoa entrada em anos, gorda, pachorrenta, meditativa, tarda em recolher documentos, mais tarda ainda em os ler e decifrar. Assim, pode ser que, entre 1930 e 1940, tendo cotejado a Constituição de 91 com os discursos de 92, e os artigos de jornais com os artigos de jornais, decida o ponto controverso, ou adote a idéia de dois fundadores, senão de três; mas onde estarei eu então? Se guardar memória da vida, terei ainda de cor os hinos de ambas as capelas. Não terei visto a catedral única (ASSIS, 1996, p. 111).

Mesmo negando qualquer método historiográfico, a crônica machadiana revia o sentido histórico dos fatos dispensando a mediação do tempo e aproveitando a substância da avaliação histórica, oferecendo interpretações peculiares, sem o compromisso de filiação a qualquer tendência e, principalmente, instigando uma leitura no mínimo debatedora das facetas reais dos acontecimentos, desde o momento da publicação até hoje. A consciência do valor do texto transparece no emprego calculado da aparente falta de pretensão dos comentários:

Creiam-me, não há problemas insolúveis. Tudo neste mundo nasce com a sua explicação em si mesmo; a questão é catá-la. Nem tudo se explicará desde logo, é verdade; o tempo do trabalho varia, mas haja paciência, firmeza e sagacidade, e chegar-se-á à decifração. Eu, se algum dia for promovido de crônica a história, afirmo que, além de trazer um estilo barbado próprio do ofício, não deixarei nada por explicar, qualquer que

seja a dificuldade aparente, ainda que seja o caso sucedido quarta-feira, na Câmara, onde, feita a chamada, responderam 103 membros, e indo votar-se, acudiram 96, havendo assim um *deficit* de sete. Como simples crônica, posso achar explicações fáceis e naturais; mas a história tem outra profundidade, não se contenta de coisas próximas e simples. Eu iria ao passado, eu penetraria... (ASSIS, 1996, p. 72).

A permanência do texto machadiano, além de ser uma de suas grandes virtudes, diz respeito a um tipo especial de "historiografia", hábil em escolher a interpretação útil no instante do enfrentamento, generosa ao sintetizar as convicções de todos os pontos de vista. O proveito das crônicas de Machado na atualidade começa exatamente nesse exercício, mas certamente não termina nele.

Referências bibliográficas

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *A semana*. Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Bons dias!* Edição de John Gledson. São Paulo: Hucitec/Ed. Unicamp, 1990.

_____. *Obra completa*. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992, v.3.

BETELLA, Gabriela Kvacek. *Narradores de Machado de Assis*. A seriedade enganosa dos cadernos do Conselheiro (*Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*) e a simulada displicência das crônicas (*Bons dias!* e *A semana*). São Paulo: Edusp/Nankin, 2007.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mênaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. Jacobinismo, ideologia e ação: 1893-1897. São Paulo: Brasiliense, 1986.